



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	18311/2023
Data do Início	05/09/2023
Folha	79
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

Processo nº 18311/2023

PARECER GPG N.º 723/PGM/2023
IMPUGNAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO
N.º 24/2023
ANÁLISE DE LEGALIDADE

Data: 14/09/2023

I - RELATÓRIO

Trata-se o presente de IMPUGNAÇÃO ao Edital do PREGÃO ELETRÔNICO N.º 24/2023, que tem por objeto, resumidamente, a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ELABORAÇÃO E PROMOÇÃO DE CURSOS DE BELEZA E ESTÉTICA, interposto pelo INSTITUTO ROSA BRANCA, conforme razões que expõe em sua exordial.

Resumidamente a recorrente alega:

1 – Que o objeto da licitação não poderia ser procedido por licitação, pois são serviços prestados por organizações da sociedade civil, de modo que a regularidade do feito exigiria a celebração de parceria;

2 – Inconformidade na pesquisa de preços;

3 – Que o objeto dos autos não se trataria de serviço comum e desta forma não poderia ser utilizado o pregão e o critério de julgamento também não poderia ser por item;

4 – Que há violação ao princípio da competitividade;

É o relatório.



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	18311/2023
Data do Início	05/09/2023
Folha	80
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

II - DO MÉRITO

II.1 Da alegada impossibilidade de realização de licitação

A Constituição da República Federativa do Brasil em seu art. 37, XXI determina que as aquisições de bens e serviços por parte dos entes estatais se darão por intermédio de regular licitação pública que garanta a igualdade de condições e competitividade entre os licitantes, ressalvados os casos específicos de contratação direta a serem definidos na legislação ordinária.

Para efeitos didáticos, citamos o comando constante na Carta Magna:

"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."

Desta forma, a regra do ordenamento jurídico é a realização da licitação, autorizada a contratação direta em casos os quais o legislador autorize a dispensa do procedimento licitatório, ou se vislumbre que o objeto não é licitável, tendo em vista a ocorrência de casos de inviabilidade material ou jurídica de competição.

Assim sendo, em uma primeira análise, não há que se cogitar em irregularidade, em ocasiões que o órgão consulente realiza a licitação, conforme preceitua o mandamento estatuído pelo Poder Constituinte.



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	18311/2023
Data do Início	05/09/2023
Folha	81
Rubrica	

De todo modo, a título de cautela, deve o órgão consulente ponderar se a contratação em apreço, atinente ao caso específico de treinamento e capacitação, é – de fato – licitável ou deveria ser procedida através de inexigibilidade de licitação.

Nesses termos, traz-se a lume as precisas lições de Luiz Cláudio de Azevedo Chaves:

“A metodologia empregada, o sistema pedagógico, o material e os recursos didáticos, os diferentes instrutores, o enfoque das matérias, a preocupação ideológica, assim como todas as demais questões fundamentais, relacionadas com a prestação final do serviço e com os seus resultados - que são o que afinal importa obter -, nada disso pode ser predeterminado ou adrede escolhido pela Administração contratante. Aí reside a marca inconfundível do autor dos serviços de natureza singular, que não executa projeto prévio e conhecido de todos mas desenvolve técnica apenas sua, que pode inclusive variar a cada novo trabalho, aperfeiçoando-se continuamente.”

(...)

O mesmo não ocorre com os treinamentos cujo núcleo do serviço não reside na aula, mas no método ou no material didático a ser aplicado. Nesses, a intervenção do professor é acessória, não sendo determinante na obtenção dos resultados esperados. A metodologia, sim, é que é a responsável pelo alcance desses resultados.

Diante do acima exposto, é correto afirmar que, sempre que o núcleo do serviço de treinamento for a aula (o fazer) significará que a atuação do professor será determinante para o alcance dos resultados pretendidos, revelando a natureza singular do serviço. Em contrapartida, caso o método supere a intervenção do mestre, o treinamento será licitável. Percebe-se que a lógica do dever geral de licitar (art. 37, XXI, CF), em relação a estes serviços se inverte, sendo, a singularidade a regra geral, na medida em que a quase totalidade das ações de capacitação são umbilicalmente dependentes da intervenção do professor. Somente em caráter excepcional é que um treinamento anotar características tão próprias que exigirá menor interferência do orientador” (Chaves. Luiz Cláudio de Azevedo. Contratação de serviços de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal na Administração Pública: uma breve análise da Decisão 439/98, Plenário do TCU - fl. 75-76).



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	18311/2023
Data do Início	05/09/2023
Folha	82
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

Em que pesem as considerações retratadas, é de bom alvitre aduzir que a abordagem do aludido doutrinador se funda sob as premissas doutrinárias ainda embasadas no Decreto-Lei 2.300/86, de modo que antecedem aos regramentos estatuídos pela lei 8.666/93, pela lei 14.133/2021 e sobretudo pela Constituição Federal. Sobre o tema, destacamos que esta última sobreleva a noção de neoconstitucionalismo e de interpretação conforme a Lei Maior.

Nesses termos, a fim de auxiliar a decisão da Secretaria Requisitante, reproduzimos os conceitos de “singularidade” e “notória especialização”, trazidos pelo voto do Ministro Luis Roberto Barroso, nos autos da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 45:

“Notória especialização:

31. O que a norma exige é que a escolha recaia sobre profissional dotado de especialização notória, ou seja, incontroversa. Não basta, portanto, que goze da confiança pessoal do gestor público, sendo necessário que a sua qualificação diferenciada seja aferida por elementos objetivos, reconhecidos pelo mercado. Esses elementos podem residir, e.g., na formação acadêmica e profissional do contratado e de sua equipe, na autoria de publicações pertinentes ao objeto da contratação, na experiência bem sucedida em atuações pretéritas semelhantes, dentre outros fatores demonstrativos da expertise e capacidade técnica do profissional. 32. Não se pode negar que esses indicadores continuam permitindo certa margem de discricionariedade na análise do que seja um profissional capacitado a prestar o serviço mais adequado ao interesse público. Mas, mesmo assim, eles parecem suficientes para delimitar uma faixa de opções aceitáveis, tornando ilegítimas as avaliações puramente pessoais dos administradores públicos. O que a lei permite, compreensivelmente, não é a contratação de talentos ocultos, mas sim de prestadores que já são reconhecidos pelo mercado como referências nas suas respectivas áreas.

Singularidade

33. Enquanto a notória especialização refere-se à pessoa do contratado, a natureza singular – prevista no art. 25, II, da Lei nº 8.666/1993 – refere-se ao objeto do contrato, ao serviço a ser prestado, que deve escapar à rotina do órgão contratante e da própria estrutura de advocacia pública que o atenda. Não se pode contratar um profissional de notória especialização para um serviço trivial ou rotineiro. Não basta, portanto, que o contratado seja dotado de notória especialização: exige-se, igualmente, que a atividade envolva complexidades que tornem necessária a peculiar expertise. É essa nota de diferenciação que torna inviável a



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	18311/2023
Data do Início	05/09/2023
Folha	83
Rubrica	

competição, mesmo entre prestadores qualificados, dada a necessidade de um elo de especial confiança na atuação do profissional selecionado.

Ademais, para que haja singularidade, a contratação deve estar permeada pelos requisitos constantes na Súmula nº 39 do Tribunal de Contas da União, dentre as quais se destaca o grau de subjetividade insuscetível de ser medido pelos critérios objetivos de qualificação inerentes ao processo de licitação, consoante abaixo disposto:

“A inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços técnicos com pessoas físicas ou jurídicas de notória especialização somente é cabível quando se tratar de serviço de natureza singular, capaz de exigir, na seleção do executor de confiança, grau de subjetividade insuscetível de ser medido pelos critérios objetivos de qualificação inerentes ao processo de licitação, nos termos do art. 25, inciso II, da Lei 8.666/1993”.

Por conseguinte, sobre o tema, traz-se a lume as precisas lições de Celso Antônio Bandeira de Mello:

“Se o serviço pretendido for banal, corriqueiro, singelo, e, por isso, irrelevante que seja prestado por ‘A’ ou por ‘B’, não haveria razão alguma para postergar-se o instituto da licitação. Pois é claro que a singularidade só terá ressonância para o tema na medida em que seja necessário, isto é, em que por força dela caiba esperar melhor satisfação do interesse administrativo a ser provido. (...) Em suma: a singularidade é relevante e um serviço deve ser havido como singular quando nele tem de interferir, como requisito de satisfatório entendimento da necessidade administrativa, um componente criativo de seu autor, envolvendo o estilo, o traço, a engenhosidade, a especial habilidade, a contribuição intelectual, artística, ou a argúcia de quem o executa, atributos, estes, que são precisamente os que a Administração reputa convenientes e necessita para a satisfação do interesse público em causa. Embora outros, talvez até muitos, pudessem desempenhar a mesma atividade científica, técnica ou artística, cada qual o faria à sua moda, de acordo com os próprios critérios, sensibilidade, juízos, interpretações individualizadores repercutirão necessariamente quanto à maior ou menor satisfação do interesse público” (Celso Antônio Bandeira de Mello, Curso de direito administrativo, 2006, p. 525-527).



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	18311/2023
Data do Início	05/09/2023
Folha	84
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

Diante dos aspectos alegados pelo impugnante, é certo que a inexigibilidade de licitação exige a demonstração de inviabilidade licitatória, mediante a necessária configuração de serviços técnicos de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização. Logo, a demonstração de que o objeto é licitável perpassa pela abordagem do órgão consultente, no sentido de que o conteúdo a ser contratado não se amolda aos aspectos ora retratados.

II.B) Da suposta utilização da legislação de parcerias

Feitas as devidas considerações, passa-se a discorrer acerca da alegação da impugnante, no sentido de que a contratação deveria se realizar obrigatoriamente por parceria voluntária, com base na lei 13.019/2014. A esse respeito, importa-nos aduzir **que as parcerias voluntárias exigem uma relação jurídica de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho.**

Nos termos do artigo 2º da lei 13.019/2014, verifica-se que as parcerias voluntárias adstringem-se a organizações da sociedade civil, assim entendidas como “entidade privada sem fins lucrativos que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva” (art. 2º, inciso I, alínea ‘a’ da legislação).

Assim sendo, a distinção entre as contratações e as parcerias fundam-se, sobretudo, no interesse inerente à relação jurídica. **Nessa senda, a ausência de reciprocidade e contraposição de vontades são elementos básicos de um contrato. Em contrapartida, nas parcerias está presente uma harmonia de interesses, em prol de um objetivo coincidente.**



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	18311/2023
Data do Início	05/09/2023
Folha	85
Rubrica	

A esse respeito, sob a perspectiva formal, evidencia-se que a estrutura do processo licitatório em análise é permeada por uma relação segundo a qual o ente contratante visa a prestação de serviço e, de outra parte, o contratado anseia pela remuneração.

De todo modo, deve o órgão consulente certificar se o propósito elucidado nos autos, de fato, corresponde ao real intento almejado pela Administração, como condição de regularidade do feito.

II.C) Do inconformismo perante a pesquisa de preços

Acerca da pesquisa de preços, reiteramos os argumentos aduzidos no curso do parecer GPG 674/PGM/2023, ocasião em que fora retratado o tema em questão:

“29. A Secretaria deve certificar-se quanto ao atendimento do artigo 23 da lei 14133/2021, inclusive no que se refere à recomendação de elaboração de uma cesta de preços, contendo as mais diversas fontes possíveis. Nesse sentido, consta decisão do Tribunal de Contas da União:

Ementa: alerta à Receita Federal do Brasil (RFB), quanto à ausência de orçamento do objeto a ser contratado com base em uma ‘cesta de preços aceitáveis’, oriunda, por exemplo, de pesquisas junto a cotação específica com fornecedores, pesquisa em catálogos com fornecedores, pesquisa em bases de sistemas de compras, avaliação de contratos recentes ou vigentes, valores adjudicados em licitações de outros órgãos públicos, valores registrados em atas da SRP e analogia com compras/contratações realizadas por corporações privadas, expurgados os valores que, manifestamente não representem a realidade do mercado e, ainda, devidamente detalhado a ponto de expressar a composição de todos os seus custos unitários (TCU - Acórdão nº 5.323/2010-1ª Câmara)”.

Dessa forma, de maneira a se possibilitar a devida cautela, e por se tratar de matéria que ultrapassa a análise deste órgão, sugerimos à Secretaria certificar se a pesquisa de preços constante em fls. 86/323 e fls. 371/481 atendem aos preceitos ora elucidados, devendo atestar e ratificar a regularidade dos seus autos.



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	18311/2023
Data do Início	05/09/2023
Folha	86
Rubrica	

II.D) Da suposta impossibilidade de utilização do pregão, em razão do objeto não ser comum

O artigo 6º, inciso XLI, da lei 14.133/21 conceitua o pregão como a “modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto”. Ademais, o parágrafo único do artigo 29 da legislação reza que “o pregão não se aplica às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual”.

A respeito do conceito de bem e serviço comum Joel de Menezes Niebuhr ressalta:

“Bem e serviço comum são aqueles que possam ser definidos no edital por meio de especificações objetivas, que se prestam a estabelecer o padrão de qualidade desejado pela Administração Pública, de acordo com características usuais no mercado, sem que variações de ordem técnica eventualmente existentes entre os bens e serviços ofertados por diversos fornecedores que atendam a tais especificações objetivas sejam importantes ou decisivas para a determinação de qual proposta melhor satisfaz o interesse público e desde que a estrutura procedimental da modalidade pregão, menos formalista e mais célere, não afete a análise da qualidade do objeto licitado ou importe prejuízos ao interesse público”.

Dessa forma, **bem e serviço comum é aquele passível de especificação objetiva na definição do instrumento convocatório, estabelecido por características usuais no mercado, sem que as disparidades de cunho técnico se evidenciem como primordiais à determinação da proposta.**

Ademais, a doutrina nos ensina que o conceito de ‘comum’ não necessariamente indica simplicidade, aspecto este abordado por Jessé Torres Pereira Júnior:

“Em aproximação do tema, pareceu que ‘comum’ também sugeriria simplicidade. Percebe-se, a seguir, que não. O objeto pode portar complexidade técnica e ainda ser ‘comum’, no sentido de que essa técnica é perfeitamente conhecida, dominada e oferecida ao mercado. Sendo tal técnica bastante para atender às necessidades da Administração, a modalidade pregão é cabível a despeito da maior sofisticação do objeto” (PEREIRA JÚNIOR, Jessé Torres. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública*. 6. ed. – Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2003. p. 1006).



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	18311/2023
Data do Início	05/09/2023
Folha	87
Rubrica	

Corroborando ainda com o aludido posicionamento, Rafael Carvalho Rezende Oliveira Júnior ressalta que o conceito indeterminado de bem e serviço comum possui as seguintes características básicas:

“**disponibilidade no mercado** (o objeto é encontrado facilmente no mercado), **padronização** (predeterminação, de modo objetivo e uniforme, da qualidade e dos atributos essenciais do bem ou serviço) e **casuismo moderado** (a qualidade ‘comum’ deve ser verificada em cada caso concreto e não em termos abstratos” (OLIVEIRA JÚNIOR, Rafael Carvalho Rezende. *Licitações e Contratos Administrativos*. – São Paulo: Editora Método, 2012. p. 97)

Por sua vez, vale ainda destacar importante registro do Mestre em Direito Público pela UERJ e Procurador Geral do Estado do Rio de Janeiro, Alexandre Santos de Aragão:

“O sucesso empírico do pregão nos deve levar a – potencializando os princípios da eficiência, celeridade processual e economicidade – adotar a interpretação (desde que plausível, naturalmente) que dê maior amplitude ao âmbito de aplicação do pregão. É sob essa perspectiva que concordamos com a orientação do TCU de, apesar da letra da lei, não excluir a aplicabilidade do pregão a serviços e obras de engenharia, desde que eles possam ser considerados comuns, ou seja, desde que sejam suscetíveis de serem plena e objetivamente definidos no edital de licitação. Em face dos referidos princípios, devemos ter uma postura hermenêutica de ‘in dubio pro pregão’ (ARAGÃO, Alexandre Santos de. *Curso de Direito Administrativo* – Rio de Janeiro: Forense, 2012. Pp. 323).

Logo, a Secretaria Requisitante – dotada da respectiva expertise no tocante ao objeto – deve atestar que o objeto se enquadra na definição de bem comum, de modo a ratificar que:

- a) o objeto é plenamente passível de especificação objetiva na definição do instrumento convocatório, estabelecido por características usuais no mercado, sem que as disparidades de cunho técnico se evidenciem como primordiais à determinação da proposta;
- b) o serviço não se evidencia como eminentemente intelectual;
- c) o objeto é facilmente encontrado no mercado;



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	18311/2023
Data do Início	05/09/2023
Folha	88
Rubrica	

d) há predeterminação, de modo objetivo e uniforme, da qualidade e dos atributos essenciais do bem ou serviço;

e) que seja devida e tecnicamente justificado o apontamento do impugnante, no sentido de que haveria suposta impossibilidade de precificar a proposta, em razão das menções a locações de espaços, e omissões no tocante a dimensões/especificações de espaços (fls. 67/68).

II.E) Da alegada impossibilidade de ser estabelecido o critério de julgamento por item

No que tange ao parcelamento, os §§2º e 3º do artigo 40 da lei 14.133/2021 assim dispõem:

“Art. 40.

(...) § 2º Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados:

I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes;

II - o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

§ 3º O parcelamento não será adotado quando:

I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;

II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;

III - o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo”.

Assim, verifica-se que a regra do ordenamento é a aplicação do princípio do parcelamento, admitida a sua não utilização em casos de economia de escala, objetos únicos e integrados ou em casos de padronizações.



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	18311/2023
Data do Início	05/09/2023
Folha	89
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

Reiteramos que o tema em questão foi objeto de indagações deste órgão jurídico (fls. 678/679), tendo o órgão consulente ratificado tecnicamente a sua decisão em fls. 752/753.

Diante do conteúdo da impugnação, orientamos que a Secretaria embase tecnicamente a sua decisão.

II.E) Da alegada violação ao princípio da competitividade

Em relação a possível violação ao princípio da competitividade, deve a secretaria certificar-se de que realmente não há violação nos regramentos constantes no termo de referência e demais anexos editalícios.

A fim de subsidiar a decisão da Secretaria Requisitante, resta-nos apresentar os seguintes apontamentos de cunho jurídico:

a) A análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual resta inserida na fase preparatória do processo licitatório, às fls. 715/717, em harmonia com o artigo 18, inciso X, da lei 14.133/21 e artigo 4º do Decreto Municipal 936/2021. As questões de cunho técnico em relação ao documento devem ser certificadas pelo órgão requisitante.

b) Verificou-se em fls. 932 (item D.3) e 979 (Anexo) a exigência editalícia de declaração de cumprimento de reserva de cargos para pessoas com deficiência e reabilitados da Previdência Social (art. 63, IV, da lei 14.133/21);

c) Verificou-se em fls. 930 (item b.4) e fl. 977 (Anexo) a exigência de que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	18311/2023
Data do Início	05/09/2023
Folha	90
Rubrica	

d) No que tange à avaliação prévia, o artigo 63, §2º da lei 14.133 reza que “quando a avaliação prévia do local de execução for imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o edital de licitação poderá prever, sob pena de inabilitação, a necessidade de o licitante atestar que conhece o local e as condições de realização da obra ou serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia”. A esse respeito, considerada a análise técnica da Secretaria Requisitante, deve ser ponderada a viabilidade ou não de inclusão de tal exigência, devidamente justificado nos autos.

Ademais, em caso de inclusão da exigência, que se atenda ao disposto no artigo 63, § 3º da legislação, a dispor sobre a possibilidade de substituição da vistoria por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

e) Em relação ao inconformismo nos itens 14.1 e 14.2, reiteramos que o instrumento convocatório encontra-se em harmonia às orientações da doutrina administrativista.

A esse respeito, Ronny Charles Lopes de Torres é taxativo, a elucidar a motivação como pressuposto recursal objetivo, como abaixo transcreve-se:

“Como pressupostos objetivos, podemos apontar:

(...)

Fundamentação (motivação): o recorrente precisa apresentar fundamentos para seu pleito recursal”

(Torres, Ronny Charles Lopes de. Leis de Licitações Públicas Comentadas – 13. Ed. – São Paulo: Editora Juspodivm, 2022. fl. 824).



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	18311/2023
Data do Início	05/09/2023
Folha	91
Rubrica	

f) Em relação aos itens 3.2 e 11.2, os quais exigem que “os cursos devem ser realizados no Município de Maricá em espaço alugado pela contratada em local de grande circulação urbana e de fácil acesso”, entendemos que, de fato, a exigência deve ser mais bem esclarecida e ponderada pelo órgão consulente.

A esse respeito, o artigo 9º da lei 14.133/21 estabelece como condutas vedadas aquelas que estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes, ou que sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato, aspecto este que deve ser sensivelmente avaliado pela Secretaria Requisitante.

g) Em relação às alegações dos itens 11.3 e 11.4, devem ser avaliadas tecnicamente pelo órgão consulente.

III - CONCLUSÃO

Desta forma, em relação ao impugnado, cabe à Autoridade Competente, no caso o Ordenador de Despesas, proferir a decisão técnica quanto ao pedido, devidamente justificada e fundamentada, **sendo a presente manifestação de caráter orientador e opinativo.**

Este é o entendimento s.m.j.

À Secretaria do Trabalho,

Villy Teixeira Silva

Assessor

Mat. 106.264

Fabricio Monteiro Porto

Procurador-Geral do Município